

Relatório de Participação na Plenária Nacional da FASUBRA – 29, 30 e 31 de agosto

I - Delegades ASSUFRGS Sindicato:

Antonieta Xavier

Rafael Berbigier

Rui Muniz

Santiago Alves Castro

Sílvio Correa

* Todas Delegades interviram na Plenária, gravadas, em acordo com o definido pela ASSUFRGS.

II - Pauta abordada na Plenária (pela ordem de realização)

- 1) Informes dos trabalhos das coordenações da DN
- 2) Informes dos sindicatos de base que responderam a três perguntas
- 3) Análise de Conjuntura pelas chapas que compõem a Direção Nacional
- 4) Análise de Conjuntura pelas Delegades
- 5) Prestação de Contas
- 5) Encaminhamentos

III - Método

Esse Relatório apresenta, na leitura das Delegades da ASSUFRGS, de forma objetiva e sem avaliação política, os debates e posições apresentadas na Plenária, de forma complementar ao Informe de Direção - ID 24/2025, datado de 02 de setembro de 2025, e não abordando as intervenções realizadas pelas Delegades.

IV - Estatística de Participação da base na Plenária

35 Entidades de Base

161 Delegades

68 mulheres

93 homens

9 participantes convidados

27 integrantes da Direção Nacional da FASUBRA

6 integrantes do Conselho Fiscal da FASUBRA

V - Informes dos trabalhos das coordenações da DN - abordagens

Coordenação Jurídica

Impactos da Reforma Administrativa

Regulamentação da Avaliação de Desempenho

Dimensionamento

RSC

Transição e Aceleração para aposentados – AJN apresentará Nota

Racionalização – depende da Descrição de Cargos, já proposta pela FASUBRA e não encaminhado pelo governo

Transição para a Aceleração

Estágio Probatório - AJN apresentará Nota

Obrigatoriedade da capacitação pelo ENAP – insuficiência para as IFE

Portaria 9783 – influencia os calendários Acadêmicos

Coordenação de Aposentados

Resgate do Decreto 10.620

Encontro: 15 a 17 de outubro (UNB e Câmara Federal)

Coordenação de Políticas Sociais e Gênero

Tema central: Assédios Moral e Sexual

Encontro: 26 a 28 de setembro

Coordenação Saúde e HU

V Conferência Nacional de Saúde de Trabalhadores, realizada de realizada em Brasília, de 18 a 21 de agosto, com destaque as Resoluções

Coordenação de Formação Sindical

Seminário de Segurança nas IFE: 6 a 10 de outubro

Coordenação LGBT

Conferência Nacional: 21 a 25 de outubro

Coordenação de Negros e Negras

Encontro Nacional de Negras e Negros: 22, 23 e 24 de novembro

VI - Informes dos sindicatos de base

Levantamento constante no ID 24/2025, página 9

VII - Análise de Conjuntura pelas chapas que compõem a Direção Nacional - tópicos

UNIR

Ataques norteamericanos que o Brasil tem sofrido

Centralidade do processo contra Bolsonaro e tentativa de golpe 2023

Ataque ao BRICS – taxações

Países do Sul Global: 50% da população, maioria de minérios e combustíveis fósseis

Brasil está substituindo Mercados e relações econômicas internacionais

Brasil está garantindo sua soberania

Defesa do Brasil é estratégica

Ataques que estamos sofrendo na Reforma Administrativa do Congresso e MGI

Precisamos aumentar a capacidade de enfrentamento

Fundamental fortalecer fóruns estaduais

MEC negocia e MGI não cumpre

Fora negociadores do MGI, de Ester D.

Fora negociadores do MGI, Esther Dweck e Feijó.

Pontos não cumpridos São os mesmos de 2015

Ressignificar

Precisamos mobilizar

Intensificar na base a luta pelo cumprimento do Acordo

Só pressão para negociação

Travessia

Cenário de retrocesso

Retrocessos no MGI

Está difícil a negociação com o governo

Soberania só com respeito

Governo negocia bem com o Congresso

Governo não negocia com Sindicatos

Não elegemos o governo para isso

Falta atendimento às questões financeiras, democracia e a aposentados

MGI só se mexeu com médicos quando congresso atuou

O governo é amplo

Orçamento das universidades não atende demandas e acordos

Governo não se ajuda nem ajuda a classe trabalhadora

Governo teve fôlego com taxações, mas usa isso aprofundando as políticas com a direita

Precisa de calendário forte, de lutas

Há desmobilização geral

Reforçar o Plebiscito Popular

Esclarecer na base a Reforma Administrativa o não cumprimento do acordo

Exigir respeito do governo

Desafio: lutar, ter respostas e calendário unificado

Muita construção coletiva

Chapa 30

Brasil não está virando potência, só ver que a exportação é primária

Brasil investe nos interesses das indústrias do campo e das cidades

Medidas do governo são insuficientes

O Brasil não pode entregar o país

Contra o Arcabouço Fiscal e a Dívida Pública

Necessária a unidade do funcionalismo

FONASEFE precisa sair do imobilismo e chamar a luta com plenárias e assembleias de base e calendário de lutas

Mais de um ano após a Greve, aumenta o retrocesso

Emissão de Notas Técnicas retirando cláusulas do Acordo de Greve

A responsabilidade não é só do MGI

O governo não discutiu a proposta da Reforma Administrativa com Servidores e Trabalhadores

Reforma Administrativa atinge a sociedade

Necessária Assembleias de base e Greve para enfrentar essa realidade

Nos informes, as bases disseram que esperam direção e indicativo de Greve da FASUBRA

Estamos em Estado de Greve há 5 meses

Fatos novos justificam a Greve: Governo recua com Reforma Administrativa e não cumprimento do Acordo de Greve

Soberania do Brasil é ser potência para atender o povo e os Serviços Públicos

Necessário Calendário de Lutas ofensivo

CTB

Conjuntura internacional atinge o global e o local

Crítica às agressões e defesa da soberania

Disputa no Brasil reflete a conjuntura internacional

Precisamos mobilizar o governo para nos apoiar

Destruição da Direita (Lava Jato, quebra de estatais...)

Não é só defender Lula

É preciso enfrentar a direita internacional

Temos que cobrar do governo e defender nossas pautas

Cuidar nossos discursos para não agredir o governo e apoiar a direita
O Acordo tem que ser cumprido
Precisamos mobilizar, o trabalho é nosso
Não se pode cobrar das Centrais Sindicais, nós é que temos de nos mobilizar
Reforma Administrativa não será boa
As IN são feitas contra nós, pelo governo
Precisamos colocar a base na rua
Grito dos excluídos e contra a Reforma Administrativa, nossas tarefas

Chapa 10

As IFE vivem por Emendas
Reforma Administrativa começou há muito tempo (EBSERH, Reformas Previdência)
Falta recursos para as IFE
Estamos aguardando indicação de Greve pela FASUBRA
Precisamos mostrar quem somos
Campanha contra a Reforma Administrativa
Contra Arcabouço, Tetos de gastos e Dívida Pública
Mobilizar a Base
Defender a FASUBRA e Sindicato, mesmo com críticas
FASUBRA não deve fazer Greve

VIII - Análise de Conjuntura pelas Delegades – questões de destaque nas abordagens

Descumprimento do Acordo de Greve
Reforma Administrativa
Indicativo de Greve
Portaria MGI 9783/2025
Decreto 5.825 – Avaliação de Desempenho e Dimensionamento
Decreto 9.991
Nota Técnica 3187

Decreto nº 10.620

Nota Técnica MGI 13026

RSC

IX - Prestação de Contas

Parecer será divulgado na Página da FASUBRA

X - Encaminhamentos: Resoluções e Calendário

As Resoluções e Calendário aprovados estão no Informe de Direção - ID 24/2025, que foram majoritariamente defendidos por Unir, Travessia, CTB, CSD, TLC, PCB.

A Chapa 30 apresentou a alternativa ao texto e calendário, texto a seguir:

Reforma Administrativa: Um Desmonte Silencioso com Ecos Devastadores na Vida Real

A reforma administrativa, para além da frieza dos termos técnicos e dos debates em Brasília, é, na sua essência, um movimento que busca redefinir a própria alma do Estado brasileiro. Não se trata de uma "modernização" asséptica, mas de um pilar robusto da agenda neoliberal, que mira não só a estrutura burocrática, mas a vida de milhões de brasileiros, especialmente os mais vulneráveis. É um desmonte silencioso que ameaça o alicerce dos serviços públicos e da classe trabalhadora, além do povo pobre que mais depende da proteção estatal.

Análises críticas mostram nesse contexto que o Estado não é um ente neutro, e tem garantido um terreno fértil para a competição capitalista e maximizar a exploração da força de trabalho. Os serviços essenciais como Saúde e Educação, longe de serem direitos universais inegociáveis, são oferecidos apenas na medida em que servem a essa lógica do capital. A reforma administrativa. Lembremo-nos da criação das Organizações Sociais (OS) em 1998, da EBSEH em 2011, das reformas da Previdência (que em 2019 atingiu em cheio os mais frágeis), e da Emenda Constitucional 95/2016, o famigerado "teto de gastos", e mais recentemente, o Arcabouço Fiscal.

O Desmonte e a Precarização: O Alvo é a Essência do Serviço Público

A retórica da "modernização" e da "eficiência" esconde um objetivo cruel: o desmonte do Estado e a precarização das relações de trabalho. A ideologia neoliberal propõe um Estado mínimo, um mero zelador do mercado e da propriedade privada, relegando a provisão de serviços essenciais à iniciativa privada. Para governos imbuídos dessa visão, como se observa, o mercado é o messias do crescimento, e o Estado, um mero

coadjuvante que subsidia e cria as condições para o capital, ignorando o clamor popular por direitos.

E agora na proposta de reforma que está sendo construída quando se fala em "cortar gastos" e "otimizar", o alvo principal não são os desperdícios da cúpula, mas os direitos e a estabilidade dos servidores, convenientemente rotulados como "custos" ou "privilégios". Análises aprofundadas destacam que a proposta de flexibilização de contratos, a redução de salários e benefícios, e a facilitação de demissões abrem a porta para um cenário de insegurança e dismantelamento de carreiras públicas. A reforma propõe uma colcha de retalhos de novos vínculos – experiência, prazo determinado, indeterminado, cargo típico de Estado, liderança –, onde a estabilidade seria um luxo restrito a alguns poucos cargos, e após um "vínculo de experiência" de um ano.

Mas aqui reside o ponto nevrálgico, a real importância da estabilidade, que transcende o suposto privilégio para se tornar uma garantia fundamental da continuidade e da qualidade dos serviços públicos, e, crucialmente, a proteção do servidor contra assédios e pressões indevidas. A estabilidade não é um capricho; é o escudo que protege o servidor da pressão por favores e da ingerência política. Além do que as análises mostram que os "supersalários" são uma exceção na cúpula, não a regra. A reforma visa, de fato, a massa de servidores que mal recebem três salários mínimos, muitos deles nas bases dos municípios, os que estão na linha de frente do atendimento à população.

Ao precarizar o serviço público, a reforma sinaliza uma tendência que, como um vírus, pode contaminar o setor privado, pressionando para baixo salários e direitos em todas as categorias.

E para o povo pobre, a ameaça é ainda mais severa. São essas pessoas que dependem, de forma vital, de um SUS eficiente, de escolas públicas de qualidade e de programas de assistência social que garantam um mínimo de dignidade. Com um serviço público fragilizado, subfinanciado e com profissionais desmotivados, a qualidade desses serviços despenca. A ideia de "inchaço" do setor público é contestada por dados que mostram que a parcela da renda estatal, como proporção do PIB, não cresceu significativamente desde o governo FHC.

O Jogo Parlamentar e a Estratégia Governamental: Negociações e Pressões

A complexidade da reforma gera um intrincado jogo de forças no Congresso, reflexo direto dos interesses em disputa.

O governo, por sua vez, assume o papel de articulador e defensor incansável de uma Reforma Administrativa. Seu discurso será pautado na modernização, eficiência e austeridade fiscal, argumentando que a reforma é "necessária" para "ajustar as contas" e "acabar com privilégios". Haverá uma intensa articulação política, com negociações e concessões táticas. Para além das ameaças da reforma administrativa, que o governo também defende, o termo de acordo de greve continua em compasso de espera e sendo

descumprido. Vejamos a questão do RSC-TAE tínhamos uma sinalização de envio para o Congresso Nacional do PL que cria o instituto na Lei do PCCTAE em julho/2025, depois reposto para agosto/2025, no entanto, estamos encerrando agosto/25 sem previsão alguma de envio para o parlamento. Muito menos estamos tendo algum diálogo ou negociação para manter o projeto do RSC-TAE da forma como proposto pela CNSC em junho/2025. A prática do MGI tem sido a de alterar o material construído e aprovado pela CNSC, a exemplo do acordo sobre a equiparação das remunerações das classes A e B, e C e D, e a situação de descaracterização da proposta de revisão da Lei 11091/05, apresentada diretamente ao Congresso Nacional, no último dia do ano de 2024, sem qualquer consulta às instâncias elaboradoras ou sindicatos dos trabalhadores.

O PL que contempla o RSC-TAE corre o risco de ficar paralisado em um Congresso Nacional, pouco alinhado ao Governo e cheio de prioridades pouco republicanas. Isso sem falar da forte suspeita que a PLOA 2026 não preveja esse gasto a partir de abril de 2026.

Da mesma maneira o acerto entre governo e parlamentares, que alijou da discussão as entidades sindicais, sobre o reajuste correto para os cargos de médico e médico veterinários do PCCTAE também não tem um prazo definido para ser efetivado e descredencia a federação, ao afirmar que este problema está em discussão com os parlamentares. Quer dizer, afronta e desrespeita a fasubra, ignorando nossos documentos e solicitações de reunião.

Quanto a Nota Técnica do MGI 31887/2025, que é uma norma infra legal sobre as últimas alterações da Lei 11091/2005, os desdobramentos preliminares são os seguintes:

1. O MGI não admite o aproveitamento da sobra de tempo que ultrapassava os 12 meses de interstício até 31/12/2024. Esse aproveitamento possibilitava que o TAE tivesse reconhecido uma progressão por mérito imediatamente após a vigência da MP 1286/2024, em janeiro de 2025 e uma nova progressão por mérito ainda em 2025.
2. O MGI não reconhece o aproveitamento do patrimônio das cargas horárias de cursos de capacitação dos TAE, anteriores reforma da Lei 11091/2005 para suprir os requisitos da Aceleração de progressão por capacitação, podendo gerar impactos negativos para os atos das IFE que concederam acelerações de progressão entre maio e agostos de 2025. Há possibilidade de que sejam cobradas as cargas horárias de cursos sem um marco temporal definido, se desde a ultima progressão por capacitação do servidor ou somente de cursos realizados após a vigência das alterações da Lei.

O MGI também quer desconhecer todo o avanço no reconhecimento do somatório de cargas horárias de cursos de capacitação para ser cumprir o requisito de cargas horárias necessárias para Acelerações de progressão, incluindo o aproveitamento de saldo residual de carga horária de cursos de uma Aceleração de progressão para a próxima.

Quanto a CNSC/MEC, ela tem um novo Coordenador, não tem se reunido desde junho de 2025, não tem previsão de reunir e não designou e compôs em portaria ministerial o GT Racionalização, importante para discussão das saídas para a racionalização dos cargos

ocupados.garantir a aprovação. No entanto, o governo tem um histórico de desqualificar, rotulando-as como "corporativistas", e de mobilizar a opinião pública com campanhas que minimizem os impactos negativos. Além disso, a reforma propõe a concentração de poderes no chefe do Executivo, permitindo a extinção e criação de cargos e órgãos por decreto, o que é visto como uma "nova investida bonapartista".

Afinal, a quem a reforma administrativa realmente serve? A resposta a essas perguntas estará sendo escrita, dolorosamente, na vida de milhões de brasileiros.

NOSSAS TAREFAS (proposto pela Chapa 30, não aprovado na Plenária)

- *cobrar do governo o cumprimento do Acordo de Greve e cessar a Reforma Administrativa, para que essa seja debatida nos Serviços Públicos e com a Sociedade;*
- *na negativa desse posicionamento, definir por rodadas de Assembleias nas bases para posição de Mobilização e Greve ainda em setembro;*
- *articular com demais segmentos das IFE e dos Serviços Públicos a deflagração de Greve pelo cumprimento dos Acordos de Greve e para cessar a Reforma Administrativa;*
- *realização de Plenária extraordinária em setembro para deflagração de Greve com Pauta definida - cumprimento dos Acordos de Greve e para cessar a Reforma Administrativa - mesmo que não seja unificada com demais segmentos do Serviço Público;*
- *utilização dos Recursos Financeiros da FASUBRA para desencadear campanha pelo cumprimento dos Acordos de Greve e para cessar a Reforma Administrativa.*
- *mobilizar e articular com as Forças Sociais, Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Estudantil, Centrais Sindicais, MST, MTST a defesa do Estado Brasileiro a partir de uma Campanha Nacional contra a Reforma Administrativa.*

CALENDÁRIO (proposto pela Chapa 30, não aprovado na Plenária)

03.09 - Mobilização em Brasília e nos Estados contra a Reforma Administrativa prevista para ser protocolada nessa data;

07.09 - Participação em todos os atos conjuntos do Grito dos Excluídos, tendo como foco derrotar a Reforma Administrativa, denunciar o tarifaço de Trump e pela prisão aos golpistas;

10 e 11.09 - Paralisação Nacional com caravana à Brasília e atos nos estados nas bases que não puderem participar da Caravana;

10 a 19.09 - Rodadas de Assembleias de Base para discutir sobre o indicativo de greve orientado para 06.10;

04 e 05.10 - Plenária Nacional Extraordinária para discutir deflagração de greve a luz das decisões de base;

06.10 - Deflagração de Greve, com instalação do CNG, a partir da decisão de plenária nacional."